



Políticas Públicas no Brasil Exploração e Diagnóstico 4

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

**Políticas Públicas no Brasil Exploração e
Diagnóstico**
4

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico 4 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-062-9

DOI 10.22533/at.ed.629192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO INFANTIL EM MUNICÍPIOS COM ALTOS IDEBS NO NORDESTE: AS CONCEPÇÕES DOS GESTORES ESCOLARES	
<i>Patrícia Maria Uchôa Simões</i> <i>Juceli Bengert Lima</i> <i>Manoel Zózimo Neto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922011	
CAPÍTULO 2	13
A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DO MARANHÃO E POLÍTICA EDUCACIONAL: ASPECTOS DA ORIGEM E A SUA IMPLEMENTAÇÃO	
<i>Marcia Cordeiro Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922012	
CAPÍTULO 3	24
A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE CRECHES COMO POLÍTICA PÚBLICA A FIM DE REDUZIR A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO DO TRABALHO	
<i>Aline Evelin Fabrício de Macedo</i> <i>Ana Paula de Souza Santos</i> <i>Fujie Kawasaki</i> <i>Rafael Pereira</i> <i>Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues</i> <i>Wellington Júnior Jorge</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922013	
CAPÍTULO 4	33
A IMPORTÂNCIA DO PIBID E SEUS IMPACTOS NA ESCOLA: DOIS ESTUDOS DE CASO EM MÚSICA	
<i>Cristina Rolim Wolffenbüttel</i> <i>Guilherme da Silva Ramos</i> <i>Romeu Riffatti</i> <i>Sita Mara Lopes Sant'Anna</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922014	
CAPÍTULO 5	46
A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
<i>Silvania dos Santos Rabêlo</i> <i>Thelma Helena Costa Chahini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922015	
CAPÍTULO 6	56
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AGRICULTURA FAMILIAR NA INTERFACE SAÚDE E AMBIENTE	
<i>Carla Rosane Paz Arruda Teo</i> <i>Maria Assunta Busato</i> <i>Vanessa da Silva Corralo</i> <i>Junir Antonio Lutinski</i> <i>Gisele Assumpção Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6291922016	

CAPÍTULO 7 68

ANÁLISE COMPARATIVA DOS MUNICÍPIOS COM MELHORES E PIORES IDEBS DO NORDESTE: A PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO COMO INDICADOR DE QUALIDADE

Patrícia Maria Uchôa Simões
Marcela Pires Barbosa
Priscila de Cássia da Silva Ramos

DOI 10.22533/at.ed.6291922017

CAPÍTULO 8 79

ANÁLISE DA FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA EM MOLDES DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL SOB A ÓTICA DE PRECEPTORES/TUTORES E RESIDENTES

Carla Mousinho Ferreira Lucena
Ana Paula Rocha de Sales Miranda
Pablo Leonid Carneiro Lucena
Francilene Jane Rodrigues
Patrícia Barreto Cavalcanti
Clébya Candeia de Oliveira Marques
Adelaide Aires Pontes Adolfo

DOI 10.22533/at.ed.6291922018

CAPÍTULO 9 89

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ: O PROGRAMA BOLSA DE INICIAÇÃO ACADÊMICA A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES

Márcia Regina Mariano de Sousa Arão
Gleiciane Viana Gomes
Aline Santos Martins
Maria José Martins Galvão
Fernanda Venâncio Farias

DOI 10.22533/at.ed.6291922019

CAPÍTULO 10 101

ATENDIMENTO EFICIENTE DA REDE EDUCACIONAL: A IMPLANTAÇÃO DO NOVO MODELO LOGÍSTICO DE PERNAMBUCO

Ednaldo Alves de Moura Júnior
Emílio Veludo Lopes
Murilo Wesley Soares Costa
Anselmo de Oliveira Carvalho Filho

DOI 10.22533/at.ed.62919220110

CAPÍTULO 11 118

DEFINIÇÕES E CONCEITOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE MATERIALISTA-HISTÓRICA DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Daphne Holzer Velihovetchi

DOI 10.22533/at.ed.62919220111

CAPÍTULO 12 136

ESTADO E AVALIAÇÃO ESTANDARDIZADA CRITERIAL: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL DE QUASE-MERCADO

Joina Bomfim

DOI 10.22533/at.ed.62919220112

CAPÍTULO 13..... 148

FAMÍLIA E REDE LOCAL: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO PROFISSIONAL EM UM PROJETO DE EDUCAÇÃO

Helena Piombini

Tainá Alvarenga

Rodrigo Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.62919220113

CAPÍTULO 14..... 161

FEDERALISMO, REGIME DE COLABORAÇÃO E A EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO NA BAHIA

Angelo Dantas de Oliveira

Célia Tanajura Machado

DOI 10.22533/at.ed.62919220114

CAPÍTULO 15..... 173

GÊNERO E INCLUSÃO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Leandro Fernandes Valente

Jhennifer de Souza Góis

Antônia Sheilane Carioca Silva

Heliandra Linhares Aragão

DOI 10.22533/at.ed.62919220115

CAPÍTULO 16..... 181

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ESTRATÉGIA PARA A LEGITIMAÇÃO DA DIVISÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO SABER?

Valdenice de Araujo Prazeres

DOI 10.22533/at.ed.62919220116

CAPÍTULO 17 197

MECANISMOS DE MOBILIZAÇÃO PARA O REGIME DE COLABORAÇÃO: CAMINHOS PARA A GESTÃO COLABORATIVA DA EDUCAÇÃO

Ana Paula Massonetto

Manoel dos Santos

André Cardone

DOI 10.22533/at.ed.62919220117

CAPÍTULO 18..... 214

MULHERES IDOSAS E SEU PROCESSO EDUCATIVO: A EXPERIÊNCIA DAS ALUNAS DA UNATI/UERJ

Alzira Tereza Garcia Lobato

Carla Virginia Urich Lobato

DOI 10.22533/at.ed.62919220118

CAPÍTULO 19 224

O PLANO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA

Cristiane Queiroz Leite Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.62919220119

CAPÍTULO 20	236
O REGIME DE COLABORAÇÃO E O PNE: ENTRE O PROPOSTO E O POSSÍVEL	
<i>Laurimar de Matos Farias</i>	
<i>Leila Maria Costa Sousa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220120	
CAPÍTULO 21	247
OS CONCEITOS DE DESCENTRALIZAÇÃO, AUTONOMIA E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA NEOLIBERAL	
<i>Edivania de Castro Pires</i>	
<i>Leidy Jane Claudino de Lima</i>	
<i>Ângela Maria Dias Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220121	
CAPÍTULO 22	256
OS SENTIDOS DO ENSINO MÉDIO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: CONTRADIÇÕES NO ACESSO E NA QUALIDADE DO ENSINO	
<i>João Paulo da Conceição Alves</i>	
<i>Ronaldo Marcos de Lima Araujo</i>	
<i>Márcia Pereira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220122	
CAPÍTULO 23	268
POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS	
<i>Leidy Jane Claudino de Lima</i>	
<i>Jorge Fernando Hermida</i>	
<i>Fernando Augusto Generino Soares</i>	
<i>Edivania de Castro Pires</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220123	
CAPÍTULO 24	281
VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA GESTÃO ESCOLAR ATRAVÉS DA OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS: O CASO DE PERNAMBUCO	
<i>Ednaldo Alves de Moura Júnior</i>	
<i>Severino José de Andrade Júnior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.62919220124	
SOBRE A ORGANIZADORA	297

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ESTRATÉGIA PARA A LEGITIMAÇÃO DA DIVISÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO SABER?

Valdenice de Araujo Prazeres

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Departamento de Educação II

São Luís – MA

RESUMO: O texto é um esforço de produção de um pensamento crítico, mediado pela reflexão de produções de pesquisadore(a)s da temática referente à lógica global que condiciona e/ou determina as políticas de Educação Superior na contemporaneidade, tendo como recorte e campo empírico o processo de expansão/interiorização da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no qual emerge a proposta de um novo curso de formação docente, denominado Licenciatura Interdisciplinar. Busca identificar convergências com o movimento de internacionalização das agendas educacionais como forma de problematizar os discursos pautados na inovação e pioneirismo da referida proposta.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas de Educação Superior. Internacionalização. Processo de Bolonha.

ABSTRACT: The text is an effort of producing a critical thinking, mediated by reflection theme of researcher productions on the overall logic that conditions and / or determines Higher Education policies in contemporary times, with the cut

and empirical field the process of expansion / internalization of the Federal University of Maranhão (UFMA), in which emerges the proposal for a new course of teacher training, called Interdisciplinary Degree. Seeks to identify convergences with the movement of internationalization of educational agendas as a way to question the discourses guided by the innovation and pioneering of the proposal.

KEYWORDS: Superior Education Policies. Internationalization. Bologna Process.

1 | INTRODUÇÃO

O quadro da Educação Superior brasileira que vem se delineando nos últimos anos permite vislumbrar uma dissonância em relação às muitas demandas e anseios históricos da sociedade. Nele se inscreve, sobejamente, a opção pela implementação de medidas orientadas por organismos multinacionais – novas instâncias de regulação global e transnacional – no contexto do movimento de reformas da economia, do Estado e da Educação, iniciadas, no Brasil, nos anos 90 do século passado. Medidas que são implementadas no sentido da ampliação do acesso, por exemplo, mas obedecendo à lógica do mercado – do custo-benefício – que no momento demandam

universidades operacionais voltadas para a produtividade e eficiência, o que passa pela viabilização de mecanismos de expansão de baixo custo e de privatização.

Na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em particular, o processo de expansão/interiorização, iniciado no contexto dessas reformas, foi inicialmente incrementado a partir de um “Plano de Reestruturação” aprovado pela Resolução do CONSUN nº 104/07, (UFMA, 2007), mediante o qual efetivou-se a adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, (BRASIL, 2007). Assim, nos anos seguintes (2009 – 2015), foram construídos e/ou colocados em funcionamento seis novos *campi*, sendo que cinco deles ofereciam apenas cursos de licenciatura. A formação para o magistério, portanto, constituiu-se a única opção de acesso à Educação Superior.

Tal acesso se deu mediante a oferta de um tipo diferente de licenciatura, denominadas Licenciaturas Interdisciplinares (LI) em Ciências Naturais, ou Ciências Humanas ou, ainda, Linguagens e Códigos, que foram apresentadas como um projeto inovador por se tratar de uma proposta interdisciplinar, com currículo organizado a partir de competências e por projetos de trabalho (UFMA, 2010).

Ao refletirmos sobre o porquê dessas novas licenciaturas, algumas inquietações foram surgindo, indicando-nos possíveis caminhos de pesquisa: a proposta de Licenciaturas Interdisciplinares que emerge no contexto da política de expansão da UFMA ganharia inteligibilidade a partir de uma análise sobre os impactos do predomínio das teses neoliberais nas políticas educacionais brasileiras? Como primeira hipótese, começamos a supor: estaria o discurso de apelo à “novidade”, ao “pioneirismo” das LI da UFMA e sua potencialidade na superação das debilidades “históricas” da formação de professore(a)s escondendo, por um lado, a expansão de baixo custo e, por outro, propondo arremedos à própria superação dessas debilidades, como o aligeiramento, a precariedade estrutural das condições de formação e a crescente degradação dessa formação, como apontados na literatura específica?

Estas ideias e inquietações deram origem a um projeto de pesquisa para formação doutoral, sendo que neste texto apresentamos algumas aproximações do contexto de expansão/interiorização da referida Universidade, no qual emergiu a proposta das licenciaturas aludidas. Buscamos identificar convergências com o movimento de internacionalização das agendas educacionais, como forma de problematizar os discursos pautados na inovação e pioneirismo da proposta em tela.

Partimos do pressuposto que o desvelamento da realidade requer a apreensão das relações entre singularidade, particularidade e universalidade, bem como um exame de sua gênese e desenvolvimento. Por isso a realização de uma análise de aspectos essenciais do modo de ser do objeto de investigação que o contextualize na atualidade de seus determinantes econômicos, políticos e culturais.

Elegemos como eixos de análise a negação/dificuldade de acesso – ou o acesso diferenciado – à Educação Superior para as classes populares, assim como a oferta desse nível de ensino articulada a um paradigma de importação de cultura, aspectos

que reforçam as desigualdades sociais.

Trata-se, pois, de um esforço de produção de um pensamento crítico, mediante o diálogo com pesquisadore(a)s da temática, acerca da lógica global que condiciona e/ou determina as políticas de Educação Superior na contemporaneidade, assim como da inserção brasileira – e maranhense – nesse cenário de globalização do processo de tomada de decisões, tendo como horizonte a elucidação de seus desdobramentos na formulação de prioridades e estratégias para este nível de ensino.

2 I REFORMAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UM PROCESSO DE APROXIMAÇÃO DAS AGENDAS INTERNACIONAIS

O final da primeira década do novo século colocou em marcha um movimento de mudanças substanciais na UFMA. O contexto social, econômico, político e educacional que originou tais mudanças tem a marca tanto da continuidade das contradições inerentes à sociedade capitalista – propriedade privada dos meios de produção e, por conseguinte, relações de interesses antagônicos entre capital e trabalho – quanto do movimento que as atualiza, engendrando uma nova configuração do capitalismo mundial “em que numerosos fatores desembocam num novo conjunto de relações internacionais e internas que ‘formam um sistema’ e que modelam a vida social, não apenas no plano econômico, mas em todas as suas dimensões” (CHESNAIS, 1996, p. 14).

Tais relações têm ensejado uma inserção subordinada dos países periféricos, como é o caso do Brasil, e a adesão às concepções hegemônicas mundiais, num movimento denominado globalização, que se constitui como suporte ideológico para o que algum(ma)s autore(a)s analisam como crise do Estado-Nação.

É importante lembrar que para Chesnais (1996, p. 17), a expressão mundialização do capital corresponde mais exatamente ao termo inglês globalização, “[...] que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta ‘globais’”. Ademias, ainda segundo este autor, “muitos países, certas regiões dentro de países e até regiões inteiras (na África, na Ásia e mesmo na América Latina) não são mais alcançadas pelo movimento de mundialização do capital, a não ser sob a forma contraditória de sua própria marginalização” (p. 18).

Esse movimento, abrangendo não apenas a dimensão econômica – mediante o aprofundamento das desigualdades –, mas também a social, cultural e política, vem contribuindo, entre outros aspectos, para a dissolução (ou necessidade de reafirmação) de valores locais e para a mudança no papel atribuído às políticas educacionais, assim como do lugar que estas ocupam no contexto de reformas neoliberais.

Com efeito, nos últimos anos, frente ao reforço da hierarquização entre os

países centrais e periféricos, tem-se consolidado uma crescente diminuição da autonomia relativa do campo educacional, pois que o próprio papel do Estado vem se redefinindo, “tendo em conta as novas condicionantes inerentes ao contexto e aos processos de globalização e transnacionalização do capitalismo” (AFONSO, 2001, p. 16). No movimento de mundialização do capital uma das estratégias necessárias e fundamentais são as reformas que cada país deve empreender em suas instituições em direção ao que Silva Júnior (2011, p. 21) nomeia de *sociabilidade produtiva*, tendo a educação lugar de destaque pelo fato de ser “a única forma de socialização cujo ordenamento jurídico é monopólio de Estado”.

Na esteira dessas reformas, as mudanças na Educação Superior também se fundamentam em orientações internacionais para os países da América Latina e Caribe, revelando, conforme Catani e Oliveira (2000), um processo de padronização das políticas para os países da região (a despeito do diagnóstico particular de sua realidade), como também o peso dos organismos multilaterais de financiamento, com destaque para o BM, na formulação dessas políticas.

Assim, são vários os documentos que se constituem em diretrizes para a definição de prioridades e estratégias concernentes a esse nível de ensino, sendo necessário sublinhar que concordamos com diversos autores que fazem críticas às ações do BM (CORAGGIO, 2000), considerando seu papel no processo de difusão de um projeto de sociabilidade baseado em um desenvolvimento econômico desigual e perverso, que tem ampliado a pobreza mundial e a concentração de renda, assim como disseminado o receituário de políticas neoliberais com seus parâmetros de relação Estado/sociedade.

Tal quadro é decorrente das opções políticas para concretização da expansão desse nível de ensino, que se colocou como um desafio que deveria ser enfrentado pelos países periféricos em direção à modernização. Nessa perspectiva, o país adotou medidas relativas ao delineamento de um quadro de matiz privatizante baseado, sobretudo, na flexibilização e facilitação da abertura de instituições privadas, sendo desenhado de forma autoritária, muitas vezes mediante decretos. É forçoso citar o Decreto nº 2.207, de 5/04/1997, alterado pelo Decreto nº 2.306 de 19/08/1997 e posteriormente pelo Decreto nº 3.860 de 9/07/2001 para regulamentação do Sistema Federal de Educação, em cujo âmbito foi estabelecida a diversificação das IES, assim como foram normatizadas as atribuições das instituições do setor privado e legitimadas as instituições com fins lucrativos. De acordo com o último as IES são: 1) Universidades; 2) Centros Universitários e 3) Faculdades Integradas; Faculdades; Institutos Superiores e/ou Escolas Superiores.

No que se refere às universidades públicas, verificam-se transformações no seu perfil regidas pela racionalidade do mercado em sua gestão, condizente com as diretrizes da reforma do aparelho do Estado, implementadas durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1998 – 2002). Pautada na redefinição do *modus operandi* dos serviços públicos, tal reforma indicou a mudança de paradigma

da administração pública – da burocrática para a gerencial (GAETANI, 1998).

Desse paradigma, que na essência articula-se aos novos modos de regulação da educação, decorre a subsunção da lógica empresarial de prestação de serviço – o serviço do ensino – contemplando diversos mecanismos a ela afeitos como a concorrência entre estabelecimentos e várias formas de contratualização, como também subordinando todas as tomadas de decisão ao critério da minimização de gastos, otimização dos recursos disponíveis e a maximização do lucro.

A eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva renovou as esperanças pela configuração de políticas mais articuladas aos interesses populares, haja vista sua filiação histórica aos movimentos e lutas no campo do trabalho, em contraposição à lógica exploradora e excludente do capital. Nessa perspectiva, acreditava-se que a democratização do acesso ao nível superior de escolaridade seria uma de suas estratégias para as transformações das estruturas sociais, há muito tempo reivindicadas pela grande maioria da população brasileira. Entretanto, o que se testemunhou nos primeiros anos de seu mandato foi a continuidade das medidas privatizantes e a implementação de ações com maior vinculação às demandas de um mercado educacional em expansão.

Tais medidas de caráter privatizante caracterizaram um primeiro mandato do referido presidente, mas a partir de 2007, as políticas para a Educação Superior seguiram pela via da expansão de vagas nas universidades públicas. Essa mudança de rumos encontra fundamentação em pelo menos dois documentos publicados pelo BM. O primeiro, intitulado “La Educación Superior en los Países en desarrollo: peligros y promesas”, de 2000, supostamente produzido em conjunto com a UNESCO, e “Construir sociedades del conocimiento”, de 2003.

Naquele, há uma mudança no discurso que atribuía centralidade à Educação Básica, argumentando que o investimento nesse nível de ensino garantiria maior retorno social, passando a ressaltar a influência da educação superior no desenvolvimento econômico e na redução das desigualdades sociais. No entanto, em uma reflexão crítica acerca deste documento, Siqueira (2001, p. 5) considera que tal mudança visa “uma certa manutenção do *status quo*, no que concerne distribuição (*sic*) de recursos, da riqueza acumulada e do próprio conhecimento de forma injusta e desigual”. Isso porque o BM defende o estabelecimento de um sistema estratificado, com diferentes tipos de instituições, reservando para alguns poucos, acesso a uma educação mais articulada à pesquisa (ainda que seja aplicada) e para a maioria uma pseudo-educação superior, de baixa qualidade. Subjacente a tal raciocínio, estendido, inclusive, aos países com diferentes condições econômicas e sociais de inserção no movimento de mundialização do capital, não haveria uma divisão entre produtores e assimiladores de conhecimento?

O segundo documento substituiu o termo educação/ensino superior por educação terciária – o que, seguramente, não significa apenas uma mudança despretensiosa. Para tanto, entre outras, reiterava a diversificação das Instituições de Ensino Superior

(IES) como medida fundamental no enfrentamento do desafio de expansão e, por conseguinte, de atendimento à diversidade de interesses/potencialidades do(a) s futuro(a)s aluno(a)s. Mas acrescentava orientações no sentido de ampliação da mobilidade de estudantes, da implementação de sistemas de avaliação e de exames nacionais; da necessidade da articulação entre ciência, tecnologia e prioridades do país e da adoção de uma gestão voltada para resultados – o alcance de metas. É nesse contexto que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) ganham lugar de relevância no movimento de reformas expansionistas desse nível de educação, como discutiremos a seguir.

3 | O REUNI: ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR ASSENTE NO MOVIMENTO EUROPEU

Primeiramente, em 2006, o MEC lançou o Programa de Expansão da Educação Superior Pública SESu/MEC (2003-2006), ou Programa Expandir, que tinha como objetivos centrais a consolidação de duas e implantação de dez universidades federais, assim como a criação de 48 *campi* universitários em diversas regiões do país. E em um segundo momento, no ano 2007, foi criado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI, como parte integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o qual contemplou um conjunto de decretos, projetos de lei, resoluções e portarias, dando continuidade à reforma educacional brasileira, inclusive a universitária.

Porquanto, a proposta do REUNI foi produzida no âmbito dos debates acerca da Reforma Universitária, sistematizadas no Anteprojeto de Lei enviado à Câmara dos Deputados Federais em junho de 2006 (PL 7200/2006). Tais debates, protagonizados não somente nas arenas políticas, mas também no meio intelectual e acadêmico, teve como alguns protagonistas no delineamento de suas ideias centrais, o Reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) à época, Prof. Naomar de Almeida Filho, e o professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Boaventura de Sousa Santos, os quais, inclusive, alcunharam o projeto denominado “Universidade Nova”.

A título sintético, sob a égide desse projeto a universidade pública seria reformada para edificar-se como um modelo híbrido dos sistemas estadunidense e europeu. No entanto, este sistema, por sua vez, vem se propondo a adotar um modelo curricular mais próximo ao que é praticado em alguns casos nos Estados Unidos, no Reino Unido e no Canadá, mediante a adoção de medidas fundamentadas no Processo de Bolonha, movimento deflagrado pela assinatura de uma declaração por 29 ministros de países europeus em 1999 (DIAS SOBRINHO, 2007, p. 117). A Declaração de Bolonha que, em linhas gerais, estabelecia até o ano 2010 deveria ser consolidado o Espaço Europeu

de Educação Superior, visando: aumentar a competitividade e a atratividade em nível internacional da educação superior europeia; melhorar a adaptação da formação dos graduados europeus às demandas do mercado de trabalho; desenvolver a mobilidade interna e externa de estudantes e graduados (BOLONHA, 1999).

Erigido sob a premissa que a consolidação de uma Europa unida e forte demanda a instituição de convergências na educação superior, o Processo de Bolonha, refere-se, pois, à implementação do Espaço Europeu de Educação Superior, em busca de uma uniformização universitária após séculos de história que consolidaram a diversidade organizacional manifesta em distintos modelos. Fruto, aliás, da própria diversidade cultural europeia, da qual decorre, por um lado, os esforços para respeito e manutenção, pois que é entendida como um dos seus valores fundamentais e, por outro, o delineamento de alguns problemas, dentre os quais, a dificuldade de mobilidade de estudantes e profissionais, devido a incomparabilidade dos sistemas universitários.

Nessa perspectiva, a centralidade do Processo repousa nos conceitos de internacionalização e europeização, constituindo-se uma resposta europeia às demandas da mundialização do capital no âmbito desse nível educacional, indo, portanto, de encontro à tradição de baixa integração das universidades, seu isolamento do mundo externo e rigidez estrutural. Tais aspectos as distanciam “do ideal de uma empresa de serviços em um mundo globalizado e dinâmico [. Sendo que] os especialistas geralmente concordam que a atual forma de gestão da universidade é um grave problema para o seu desenvolvimento em um contexto competitivo” (HOTALE; MORA, 2004, p. 942).

Deste modo, tem como horizonte tanto a melhoria da competitividade dos países desse continente na economia disputada pelos EUA e países asiáticos, quanto seu fortalecimento político e cultural e aumento de sua atratividade para estudantes de outros países, algo importante em tempos de entendimento da educação superior como bem comercial (DIAS SOBRINHO, 2007). Oportuna, então, a reflexão de Silva (2011) em artigo que analisa a continuidade/atualização da reprodução das desigualdades sociais no sistema de ensino superior considerando o contexto da ideologia da “Sociedade do Conhecimento”, uma das ideias que fundamentam as formulações do Processo de Bolonha:

Tendo como pano de fundo a competitividade entre os Estados Unidos e a Europa, sabe-se que à ideia de competição subjaz a estratégia de ser o melhor, constituir a instituição de referência, a Universidade de topo, de elite. Porém, este objectivo implica óbvia e necessariamente que só algumas poderão ser de topo, de elite. As restantes estarão ou no meio – com classificação de bom ou razoável – ou então resvalarão para o suficiente ou, pior ainda, serão remetidas para a cauda da tabela, restando-lhes eventualmente a leccionação de cursos com grau de licenciatura no quadro do Processo de Bolonha e “à bolonhesa” – três anos de primeiro ciclo ou, eventualmente, um ou outro curso de segundo ciclo (SILVA, 2011, p. 88).

O Processo estrutura-se em torno dos eixos de harmonização de graus na Europa,

por meio do desenvolvimento de titulações comparáveis; mobilidade de docentes e estudantes no espaço europeu e também mundial; e para isto, o estabelecimento de um sistema de créditos, assim como de acreditação e avaliação, como mecanismo de comparabilidade; a transnacionalização curricular com adaptação às demandas e às características do mercado de trabalho e concretização de modalidades de cooperação científica e profissional a nível nacional e internacional. Nessa perspectiva, comungamos do pensamento de Dias Sobrinho (2007, p. 114), segundo o qual “trata-se de eliminar as barreiras que impedem a livre circulação de capitais, mercadorias, conhecimentos e pessoas, mais propriamente, dos profissionais.

Como principais linhas de ação destacam-se: a estruturação dos cursos da educação superior em três ciclos – totalizando oito anos de estudos e assente no modelo 3+2+3 (equivalentes a graduação, mestrado e doutorado, respectivamente) – sendo que no primeiro deles, obtém-se uma formação geral, interdisciplinar e básica; e a adoção da pedagogia centrada no aluno e na perspectiva do desenvolvimento de competências na formação.

Apesar de não podermos nos deter sobre esse ponto, convém registrar que essas ideias alicerçaram a proposta original das LI na UFMA, que previa uma organização baseada em regime letivo de ciclo trienal, com uma previsão de período mínimo e máximo para integralização de 03 e 04 anos respectivamente. Tal regime foi explicado logo na “apresentação” do Projeto Pedagógico do curso, que esclarecia tratar-se de formação independente que possibilitaria diplomação plena – formação geral, interdisciplinar e básica –, embora pudesse constituir-se também em um “*primeiro ciclo, de segunda licenciatura*, estas de caráter disciplinar, em Matemática, Física, Química e Biologia” (UFMA/PROEN, 2010, p. 7).

Essas ideias alinham-se às tendências das reformas da Educação Superior na Europa no contexto do Processo, sumariadas por Hotale e Mora (2004), como encaminhamentos para a adequação desse nível de escolarização às atuais demandas de formação para a suposta Sociedade do Conhecimento e de uma universidade de massas. A revisão das estratégias pedagógicas para superação do tradicional caráter acadêmico (afeito a uma universidade de elite), bem como das carreiras universitárias para reestruturação da organização clássica em ciclos únicos de longa duração, são pontos integrantes dessa adequação. Assim, a divisão de um longo período em dois mais curtos – não para cursos como Medicina, Arquitetura ou Veterinária, por exemplo – e a importância da obtenção de diploma logo no primeiro deles, o qual deve ter relevância para o mercado de trabalho (e propiciar a entrada do(a)s concludentes) compõem algumas das medidas pensadas para resolver o problema da falta de eficiência do sistema.

Percebendo uma sinergia com a proposta das LI, cabe assinalar que não obstante o Brasil e, por conseguinte, o Maranhão, nunca ter chegado a consolidar um sistema de educação superior com predomínio de universidades de pesquisa, com caráter público e consideráveis graus de autonomia, endossou as críticas ao modelo

européu e a adoção de medidas postuladas nesse Processo. Não é demais lembrar que os desafios contemporâneos decerto são diferentes para países periféricos e de capitalismo central.

Com base nessas primeiras aproximações a propósito dessa temática, julgamos apropriado fazer referência, mais uma vez, à análise de Silva (2011, p. 85):

Para além das directrizes de harmonização e sob a razão ou pretexto de alteração de métodos pedagógicos centrados no aluno, há um tácito rolo compressor no actual Processo de Bolonha que é o de um ensino superior a dois ou mais tempos, velocidades e patamares: o ensino superior para as massas traduzido na obtenção das licenciaturas de três anos, desvalorizando-as, e uma pós-graduação em mestrados, também desvalorizados, e sobretudo doutoramentos e pós-doutoramentos para determinadas elites, internamente diferenciadas e hierarquizadas.

Para uma melhor compreensão da significância da influência dos aportes subjacentes ao Processo de Bolonha, recorremos ao que sinalizam Lima, Azevedo e Catani (2008, p. 21): “no início do século XXI, qualquer movimento de reforma universitária que se pretende implantar no mundo, entre outras inspirações e referenciais, obriga-se a fazer[-lhe] menção”. Tal assertiva revela-se compatível com a evidente sinergia com os parâmetros que regem o REUNI e, por conseguinte, com a política de expansão da UFMA no início da segunda década deste século.

Apresentado com o “objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007), o REUNI estipulava, para um período de cinco anos, a meta de elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%, bem como da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito (18:1). Lembremos que, de acordo com o ANDES-SN (2007, p. 13), “historicamente, a relação numérica é de até 10 alunos por professor na graduação, pois o tripé universitário – ensino, pesquisa e extensão – prevê atribuições adicionais ao docente. A maioria das instituições mais antigas e com pós-graduação mais consolidada, situadas quase exclusivamente no eixo Sul-Sudeste, apresenta relação próxima a essa”.

Para participar do programa, as universidades federais deveriam oficializar sua adesão por meio da apresentação de um plano de reestruturação, em consonância com as diretrizes propostas pelo MEC. Após aprovação do plano, um contrato de gestão seria formalizado, tendo por base a pactuação de metas. Tal percurso garantiria a exequibilidade financeira pelo MEC a partir do ano posterior, sendo que os recursos seriam liberados a cada ano, de acordo com o cumprimento das metas, por sua vez aferido por meio do acompanhamento do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC).

Destarte, o REUNI foi pensado sob a égide de promover mudanças sem gastos,

orientando a utilização máxima da capacidade de operação das IFES, o que revela uma potencialidade de comprometimento da qualidade de um movimento a muito reivindicado, ou seja, a ampliação do acesso, com possibilidade de permanência e sucesso da educação superior em universidade pública. Ademais, com relação à forma como a contratualização entre Estado e universidades federais foi proposta, e não recusada pela totalidade das IFES, devido aos seus limites orçamentários amplamente divulgados, Chaves e Mendes (2009, p.57) ponderam que:

(...) segue a lógica gerencial da transformação da gestão pública na lógica empresarial/gerencial da administração por resultados, a estes vinculando o repasse de recursos orçamentários, tornando-o dependente do cumprimento de *metas* por etapas, dentro de *prazos* estabelecidos, por meio de indicadores quantitativos (itálicos das autoras).

Várias outras reflexões sobre possibilidades e limites do REUNI têm sido realizadas, das quais vale destacar a condicionalidade produtivista imposta às IFES para o repasse de verbas públicas. No âmbito dessas problematizações está uma preocupação procedente, qual seja, o aumento do número de vagas sem uma respectiva e proporcional ampliação do corpo funcional é um indicativo para gerar excessiva carga de trabalho, distanciando-se do projeto de democratização do acesso à universidade, ao conhecimento e às condições de produzi-lo. O sucateamento das universidades, assim como uma insuficiente qualidade dos cursos a serem oferecidos, bem como da produção científica e das atividades de extensão, são outros exemplos ilustrativos de questionamentos em estudos sobre a temática (CHAVES e ARAUJO, 2011), para nós, sintetizados por Paula (2009, p.62) no receio de que a Universidade seja transformada em “escolões’ de terceiro grau”.

Em análise relativa ao REUNI e suas implicações na precarização do trabalho docente, Léda e Mancebo (2009) atentam para a possibilidade de agudização de duas fragilidades que compõem a história da educação superior no país: a autonomia universitária e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O repasse de verbas vinculado ao cumprimento das metas em determinados prazos, a despeito da realidade (e problemas) das instituições, e o controle tecnocrático estão mais em consonância com a heteronomia. Quanto à segunda fragilidade, ao analisarem a escassa inserção dos termos pesquisa e extensão no documento “Diretrizes Gerais” (publicado com o objetivo de complementar o Decreto que instituiu o REUNI), as autoras assim se posicionam:

(...) A expansão desejada é financiada só para o ensino, como afirma o Banco Mundial. (...) Em síntese, o processo de reforma em curso para as IFES implica, por um lado, regredir ou, no mínimo, congelar o nível científico e técnico da universidade brasileira, sucateando-a e precarizando-a, no geral, e, por outro, manter e ampliar os centros de excelência, em determinadas áreas específicas, de acordo com os interesses do capital financeiro, como as relativas a commodities, por exemplo, para o desenvolvimento de tecnologia de cana, petróleo, biocombustível, dentre outros. (LEDA; MANCEBO, 2009, p. 55).

Aproveitando o ensejo da citação das autoras, ressaltamos que o documento aludido evidencia a preferência por propostas de cursos diferentes dos tradicionais, relacionando, inclusive, as possíveis “inovações” com a melhoria da qualidade do ensino. Nessa perspectiva, a flexibilização e a interdisciplinaridade são explicitamente recomendadas na proposição dos cursos ou na reestruturação curricular daqueles já existentes.

Estes aspectos, ora apenas pontuados devido à extensão do texto, compõem um amplo universo semântico que confere autoridade, não somente para novas conformações da política de Educação Superior no país, como também para propostas referentes à formação docente. Dessa forma, expansão, atendimento à diversidade de interesses/potencialidades, diversificação, diferenciação, reformulação/reorganização curricular, flexibilidade, interdisciplinaridade, inovação, criatividade, tecnologia, mobilidade, competência, sistemas de avaliação, integrantes deste universo, constituem-se pontos de ancoragem para a reestruturação da UFMA e, nesse contexto, para a formulação da proposta das LI que seriam oferecidas nos *campi* do continente.

Oportuno pontuar alguns aspectos da trajetória histórica dessa Universidade, em vista de uma melhor apreensão dos pontos de ancoragem entre sua política de expansão e esse esforço de internacionalização da Educação Superior, entendido como uma estratégia para a legitimação da divisão social e econômica do saber.

Instituída quase no final da segunda metade do século passado (em 1967), a UFMA configurou-se mais próxima daquilo que vário(a)s autore(a)s têm analisado como “federação de escolas” (MEIRELES, 1994, p. 83) e, talvez, recebendo tal status em função da Lei 4.759, sancionada em 20 de agosto de 1965. Esta Lei determinava que as Universidades e Escolas Técnicas da União, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, sediadas nas capitais dos Estados, seriam qualificadas de federais e teriam denominação do respectivo Estado (FAVERO, 2000).

No entanto, assim como instituições de outros estados da federação, assemelhava-se mais ao modelo napoleônico, ou neonapoleônico de acordo com a análise de Sguissardi (2004), formadora de quadros profissionais cada vez mais necessários ao aparelho do Estado, à época, em vias de modernização. Ademais, devido à inexistência de programas/cursos de pós-graduação, *locus* da pesquisa científica (os quais só seriam implantados vinte anos mais tarde), a UFMA direcionou suas atividades precipuamente ao ensino.

Entretanto, não é demais lembrar que nos finais da década de 50 e início dos anos 60 o país vivia um momento de intensos debates por mudanças econômicas e sociais, dentre elas, a reforma universitária, que se pautava, sobretudo, na luta pela gratuidade, laicidade e qualidade, bem como na consolidação de um modelo alicerçado na indissociabilidade entre ensino e pesquisa. Mas, ainda com apoio na análise de Sguissardi (2006), sublinhamos que poucas universidades brasileiras desenvolveram atividades capazes de caracterizá-las como de pesquisa, ou *neohumboldtianas*, muito embora nossa realidade seja carente de produção de conhecimento e tecnologia

que se articule às demandas das práticas sociais em contextos caracterizados pela diversidade histórica, cultural e natural.

Com efeito, o processo de criação científica, tecnológica, artística e cultural, exigindo além de um quadro docente altamente qualificado, programas de pós-graduação consolidados, laboratórios, bibliotecas e outros diversos insumos, só se concretizou em escassas instituições do país, sobretudo nos centros da hegemonia econômica, política e cultural. No Maranhão, estado periférico, esse quadro não poderia ser muito diferente.

A título de ilustração, vale destacar que o Maranhão ainda convive com altos índices de analfabetismo, estando nessa situação 17,9% da sua população, sendo que 45,30% têm mais de 50 anos e 18,7% pertencem à faixa etária apropriada para cursar o Ensino Fundamental. Este índice coloca o estado nos últimos lugares entre os da região Nordeste (por sua vez, com a maior taxa dentre as regiões do Brasil), perdendo apenas para Piauí e Alagoas (IBGE/PNAD, 2013).

A média de estudos entre pessoas de 25 anos ou mais de idade corresponde a 5,6 anos, o que significa que muitos jovens não chegam à Educação Superior e quando o conseguem, vão, majoritariamente, para o setor privado, o qual responde a 62,55% das matrículas nesse nível de escolarização. Obviamente tal número não se deve a escolhas pessoais, uma vez que no decorrer dos anos de estudos da Educação Básica é o setor público que detém o maior percentual de matrículas.

A propósito desse índice elevado de estudantes de graduação na iniciativa privada convém mencionar que no Maranhão, que se situa entre os estados brasileiros com Educação Superior mais privatizada, é bastante longínquo para a grande maioria de sua população, o sonho da vivência acadêmica em uma universidade pública, gratuita e com qualidade.

Tendo trazido à baila alguns aspectos acerca da realidade maranhense, cabem, ainda, algumas reflexões sobre o termo universidade, uma vez que referente a ele existem diferentes concepções que se relacionam tanto à sua identidade e configuração, quanto ao seu papel social, o que nos remete novamente às contribuições de Bourdieu (2004), no que concerne ao conceito de campo.

Nessa perspectiva, a chave para um entendimento das razões dessa diversidade de perfis e inexistência de um consenso pode estar numa apreensão da universidade enquanto espaço social de disputas, inclusive relacionadas aos sentidos atribuídos a ela tradicionalmente, hoje questionados em função de sua “crise”.

São várias as possibilidades de análise da universidade, sobretudo considerando tratar-se de uma instituição social, por conseguinte, histórica e socialmente definida e, obviamente, cenário de disputas entre diferentes projetos de sociedade. Considerando que no Brasil, diferentes perfis institucionais foram sendo constituídos ao longo da história, o entendimento da trajetória de um caso específico, como o Maranhão, contribui para compreender a formação de seu *ethos* e encontrar explicações para sua aproximação e/ou distanciamento das demandas populares de acesso,

desenvolvimento e difusão do conhecimento científico para a toda a sociedade.

Foi essa incursão que nos permitiu perceber o distanciamento da UFMA de tais demandas, uma vez que sua primeira unidade do *campus*-sede, foi inaugurada em novembro de 1972, e no decorrer de toda essa década, sua atuação efetivou-se precipuamente na capital, salvo poucas iniciativas de extensão universitária em alguns municípios do interior do estado.

Ademais, enquanto o Maranhão dava os primeiros passos na construção de sua universidade, ainda que nas primeiras décadas enquanto uma IES tão somente formadora de profissionais, portanto, consolidando a graduação e, mais tarde, implantando a pós-graduação (o primeiro curso de mestrado em 1985 e o de doutorado em 2005), os grandes centros do país, já com uma trajetória mais madura nesse campo, debatiam o modelo de universidade de pesquisa (*humboldtiano*), supostamente implantado no Brasil.

Não é demais lembrar que a década de 80 foi palco de debates que alegavam a impropriedade de tal modelo, devido os seus custos altos e, por conseguinte, impossibilitado de sustentação pelo Poder Público. Esse raciocínio servia para fundamentar a adoção de medidas mais afeitas a um sistema dual, onde deveriam coexistir universidades de pesquisa (centros de referência situados em algumas instituições, representando a minoria dentro da totalidade) e universidades de ensino (destino da grande parte das IES).

Decorre desse raciocínio nossa inquietação com a política de expansão/interiorização no âmbito do REUNI, pois ela não considerou também a necessidade de viabilização da pesquisa e produção de conhecimento por meio da consolidação e/ou incremento de programas/cursos de pós-graduação, para além da revitalização dos seus *campi* do continente mediante a oferta de cursos de graduação na área de licenciatura. A nosso ver, tal política aumentou a dívida dessa IES com a população maranhense, especialmente aquela que reside fora de sua capital, tanto no que se refere ao acesso à Educação Superior, quanto à produção de conhecimento e tecnologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões ensejadas pela análise de algumas mediadas implementadas no âmbito da política de expansão/interiorização da UFMA – a oferta das LI –, possibilitaram uma melhor compreensão acerca das orientações para os ajustes políticos e econômicos de redução da ação e intervenção do Estado nas políticas sociais. No que tange à Educação Superior pública, significa diminuir o gasto por aluno(a), legitimar instituições voltadas mais para o ensino do que para a pesquisa e oferecer cursos de graduação com menor duração.

A proposta de oferta das LI nos *campi* do continente encontra pontos de ancoragem

com o movimento de internacionalização das agendas da Educação Superior, mormente as diretrizes alusivas à implantação de novas modalidades de curso de graduação, além da hipertrofia das atividades de ensino e formação generalista, voltada para o mercado de trabalho.

Tal movimento, orientando transformações na oferta da Educação Superior nas universidades, opera também mudanças em sua identidade com agravante preocupação ao que se refere à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, base indispensável para um ensino de qualidade. E no caso brasileiro, dá continuidade a um sistema dual no âmbito desse nível de ensino. Dualidade expressa pela presença de um lado, de universidades (e algumas poucas, de referência – Centros de Excelência –, por coadunar efetivamente ensino, pesquisa e extensão, convivendo com uma maioria direcionada precipuamente ao ensino e à extensão em seu sentido reducionista de prestação de serviço – assessoria) e, de outro, inúmeras formas de oferta de educação superior com qualidade questionável.

Um movimento expansionista que não priorize a articulação de ensino e pesquisa, como forma do livre pensar para elaboração e difusão de ciência, tecnologia, arte e cultura, apoiada na pluralidade de campos do conhecimento de modo a propiciar processos formativos amplos, aproxima-se de orientações para contenção de gastos. Distancia-se, pois, de uma efetiva democratização da Educação Superior, reiterando o elitismo que tem caracterizado o acesso à universidade. Nele, cursos de maior prestígio social e condições de permanência e sucesso na instituição são majoritariamente acessíveis a uma pequena parcela da população do estado, residente na capital e econômica e culturalmente privilegiada.

Além do mais, um modelo de expansão como este, congrega reduzida possibilidade de articular-se às potencialidades e necessidades locais de acesso, produção e difusão de conhecimento científico, bem como de formação de quadros profissionais em consonância com as demandas de desenvolvimento econômico, social e cultural da localidade e/ou da região.

Com base nesses aspectos, seguimos refletindo sobre a hipótese que no Brasil – e como não poderia ser diferente, no Maranhão –, não sem contraposição do(a)s profissionais da educação em suas entidades representativas, efetuou-se a opção pela reprodução, pela importação de tecnologia (esta, sim, exigente de altos custos), em detrimento da produção do conhecimento, o que define a posição brasileira na nova divisão internacional do trabalho, baseada na oferta de mão-de-obra barata, porque abundante e com baixa qualificação.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo J. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional. In: **Educação e Sociedade**. (CEDES) n.º 75. Campinas, v. XXVI, n. XII, p. 15-32, 2001.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR-SINDICATO NACIONAL – ANDES-SN. **PDE**: o plano de desestruturação da educação superior. Brasília: ANDES-SN, 2007.

BOLONHA. **Declaração conjunta dos ministros da educação europeus**. Bolonha. 1999. Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/F9136466-2163-4be3-af08-c0c0fc1ff805/394/Declaracao_Bolonha_portugues.pdf>. Acesso em: 02 mai 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Publicado no **DOU** de 25/04/2007. Brasília, DF, 2007a.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira. A reestruturação da educação superior no debate internacional: a padronização das políticas de diversificação e diferenciação. In: **Revista Portuguesa de Educação**, 2000. CEEP - Universidade do Minho.

CHAVES, Vera Lucia Jacob; ARAÚJO, Rhoberta Santana de. Política de expansão das universidades federais via contrato de gestão – uma análise da implantação do REUNI na Universidade Federal do Pará. In: **Universidade e Sociedade**. Brasília, DF ano XXI, nº 48, julho de 2011.

_____.; MENDES, Odete da Cruz. REUNI: o contrato de gestão na reforma da educação superior pública. In.: CHAVES, Vera Lucia Jacob; CABRAL NETO, Antonio; NASCIMENTO, Ilma Vieira (Orgs). **Políticas da educação superior no Brasil: velhos temas, novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2009.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CORAGGIO, J. L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção. Trad. Mônica Corullón. In: DE TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DIAS SOBRINHO, José. O processo de Bolonha. **ETD - Educação Temática Digital**. Campinas, v. 9, Especial, dez. 2007, p. 107-32. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/etd/article/view/1704/1548>. Acesso em: 08 mai 2013.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade e Poder**. Análise Crítica/Fundamentos Históricos (1930-45). 2 ed. Brasília: Plano, 2000.

GAETANI, F. A reforma do Estado no contexto latino-americano: comentários sobre alguns impasses e possíveis desdobramentos. In: **Revista do Serviço Público**. Brasília, ENAP. Ano 49, n. 2, Abr. Jun. 1998.

HORTALE, Virginia Alonso; MORA, JOSÉ-GINÉS. Tendências das reformas da educação superior na Europa no contexto do processo de Bolonha. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, out. 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD: **Indicadores Sociais 2013**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/default.shtm>. Acesso em 05 ago 2014.

LÉDA, Denise Bessa; MANCEBO, Deise. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. In: **Educação & Realidade**, n. 34(1), jan/abr, 2009.

LIMA, Licínio C.; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; CATANI, Afrânio Mendes. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a *Universidade Nova*. In.: **Avaliação**. (Campinas), Sorocaba, v. 13, n. 1, Mar. 2008.

MEIRELES, Mário Martins. O Ensino Superior no Maranhão; esboço histórico. *In*: MEIRELES, Mário M. **Dez estudos históricos**. São Luís: Alumar, 1994. (Coleção Documentos Históricos)

PAULA, Maria de Fátima de. Reforma da Educação Superior do Governo Lula: as políticas de democratização do acesso em foco. *In*: **Revista Argentina de Educación Superior**. Año 1. nº 1. noviembre 2009. Disponível em: <http://www.untref.edu.ar/raes/documentos/Reforma%20da%20Educacao%20Superior%20do%20Governo%20Lula.pdf>. Acesso em 16 abr 2013.

SGUISSARDI, Valdemar. A Universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. *In*: MANCEBO, Deise; FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade – políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Universidade no Brasil: dos modelos clássicos aos modelos de ocasião? *In*: MOROSINI, Marília (Org.). **A universidade no Brasil: concepções e modelos**. 2 ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 2006.

SILVA, Manuel Carlos. Ensino superior, desigualdades sociais e processo de Bolonha: do velho ao novo elitismo na ‘Sociedade do Conhecimento’. **Travessias** 10. Lisboa, jul. 2011. Disponível em: http://www.fenprof.pt/download/fenprof/m_html/mid_180/anexos/manuel_carlos_silva_-_intervencao.pdf. Acesso em: 10 mar 2014.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. A mundialização da produção do valor e a racionalidade das reformas da educação. *In*: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; PEREIRA, Elizabete Monteiro de Aguiar. **Políticas educacionais de ensino superior no século XXI: um olhar transnacional**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

SIQUEIRA, Angela C. O documento “conjunto” Banco Mundial-UNESCO sobre o Ensino Superior. *In*: **Avaliação**. Ano 6, Vol. 6, Nº 19, Março, 2001. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/aval/v06n01s01/v06n01s01a02.pdf>. Acesso em 12 abr 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Conselho Universitário – CONSUN. **REUNI-UFMA**, inclui Resolução nº 104 de 30 de novembro de 2007, UFMA, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Pró-Reitoria de Ensino – PROEN. Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais - **Projeto Pedagógico**. São Luis, 2010. (Documento impresso).

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-062-9

